



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**PROJETO DE LEI Nº 007/2022.**

Determinar que, no âmbito do Município de Timbaúba, os estabelecimentos públicos e privados insiram nas placas o "SIMBOLO MUNDIAL DO ESPECTRO AUTISTA" e dá outras providencias.

A vereadora que este subscreve, solicita que após apreciação do plenário seja encaminhada ao Exmo. Prefeito deste Município, Sr. MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE o referido Projeto de lei para ser aprovado e sancionado a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os estabelecimentos públicos e privados localizados no Município de Timbaúba ficam obrigados a inserir nas placas de atendimento prioritário, o "Símbolo Mundial Do Espectro Autista".

Parágrafo único - É objetivo desta lei assegurar o atendimento prioritário às pessoas autistas e seus acompanhantes, mediante apresentação de laudo médico, assim como já regulamentado pela Lei Federal Nº.10.048/2000 para outras categorias.

**Art. 2º.** Para os fins desta lei entende-se como estabelecimento privado os seguintes:

- I – Supermercados;
- II – Hipermercados;
- III – Bancos;
- IV – Farmácias e drogarias;
- V – Laboratórios; Hospitais e demais estabelecimentos de Saúde;
- IV – Restaurantes; Bares; Teatros e Cinemas;
- VII – Lojas em geral;
- VIII – Outros estabelecimentos similares.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

Parágrafo único – Os estabelecimentos públicos são aqueles que o poder público exerce suas atividades ou executa os serviços públicos.

**Art. 3º.** Caberá ao Poder Executivo Municipal, através de seu órgão competente, fiscalizar o cumprimento desta lei.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores (as) Vereadores (as)

O principal objetivo do presente Projeto de Lei é a conscientização sobre os direitos e necessidades do autista, o uso obrigatório do “Símbolo Mundial Do Espectro Autista” representa mais um passo em direção ao bem-estar dessa faixa da população.

O símbolo da prioridade para pessoa com transtorno do espectro autista e fortalece o reconhecimento pela sociedade dessa prioridade e do que significa esse transtorno. Só uma mãe ou um pai que tem um filho autista sabe o valor da prioridade em uma fila. A espera pode desencadear um choro ou uma crise. Sendo assim solicito a apreciação do presente Projeto de Lei, contando com o apoio e aprovação pelos Edis que compõem essa Casa Legislativa.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 01 de agosto de 2022.

*Risalva Brandão Rodrigues*  
Risalva Brandão Rodrigues  
Ver.(Risalva Brandão)



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

#### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER PROJETO DE LEI Nº 07/2022.**

**Autora: vereadora RISALVA BRANDÃO RODRIGUES**

*Determinar que, no âmbito do município de Timbaúba, os estabelecimentos públicos e privados insiram nas placas o "SÍMBOLO MUNDIAL DO ESPECTRO AUTISTA" e dá outras providências.*

#### **RELATÓRIO:**

Recebemos para lavrar parecer o Projeto de Lei nº 07/2022, de autoria da vereadora Risalva Brandão Rodrigues, que obriga os estabelecimentos públicos e privados a inserirem nas placas o "SÍMBOLO MUNDIAL DO ESPECTRO AUTISTA" e dá outras providências.

O projeto se insere dentro da competência legislativa municipal constitucionalmente prevista no art. 30, I, da Constituição da República.

Quanto à iniciativa legislativa, não se vislumbra vício de ordem formal no projeto. Embora desencadeado o presente projeto por parlamentar, tem-se que não versa a proposição sobre nenhuma das matérias elencadas como de competência exclusiva ou privativa do Poder Executivo.

No caso concreto, verifica-se que a proposição visa obrigar os estabelecimentos a divulgarem, nas placas de prioridade de atendimento, o símbolo mundial do espectro autista, ou seja, matéria de interesse local que promove a inclusão social e objetiva a dignidade da pessoa humana.

Não obstante, verifica-se que a proposição em análise apresenta inconstitucionalidade no seu art. 3º, vez que tal dispositivo autoriza o Poder Executivo a fiscalizar, por meio de órgão competente de sua estrutura.

Sob o aspecto da constitucionalidade e da legalidade, tal dispositivo fere princípios básicos de constitucionalidade, pois autoriza aquilo que já é da competência do Poder Executivo. Além do mais, o art. 3º, do projeto de lei em tela, não traz novidade ao ordenamento jurídico municipal, ou seja, não inova, não gera direito ou obrigação nova. E esse é o sentido da norma, introduzir novo direito ou obrigação ao sistema jurídico.

Na verdade, a execução das leis e sua respectiva fiscalização é competência do Poder Executivo, mas, também é importante ressaltar a importância do papel fiscalizador do Poder Legislativo.





**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

Podemos perceber isso ao buscarmos as palavras do professor Miguel Reale, que diz<sup>1</sup>:

*"Lei, no sentido técnico desta palavra, só existe quando a norma escrita é constitutiva de direito, ou, esclarecendo melhor, quando ela introduz algo de novo com caráter obrigatório no sistema jurídico em vigor, disciplinando comportamentos individuais ou atividades públicas. (...) Nesse quadro, somente a lei, em seu sentido próprio, é capaz de inovar no Direito já existente, isto é, de conferir, de maneira originária, pelo simples ato de sua publicação e vigência, direitos e deveres a que todos devemos respeito."*

Outrossim, verificamos, também, a ausência da cláusula de vigência no texto proposto.

Sendo assim, apresentamos emenda modificativa ao art. 3º do projeto de lei em análise, corrigindo a inconstitucionalidade e, ao mesmo tempo, incluindo a cláusula de vigência para que a lei já tenha seus efeitos a partir da sua publicação.

É o que tínhamos a relatar.

**VOTO**

Observa-se, pelo presente relatório, que o projeto em análise, uma vez alterada a redação do art. 3º, na forma da emenda modificativa proposta por esta Comissão, não apresenta qualquer vício de iniciativa, nem fere os preceitos constitucionais ou legais vigentes.

Ante o exposto, considerando que a proposição atende ao que determinam a Constituição Federal, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbaúba e à Lei Orgânica do Município, esta comissão opina pela **constitucionalidade e legalidade do presente projeto de Lei.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 16 de novembro de 2022.

  
Ver. Marcos Antônio Ferreira

  
Ver. Felipe Gomes Ferreira Lima

  
Ver. José Bernardo de Farias



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**EMENDA SUBSTITUTIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 07/2022.**

*Altera o art. 3º, do Projeto de Lei nº 07/2022, de autoria da vereadora Risalva Brandão Rodrigues.*

O art. 3º, do projeto de lei nº 07/2022, de autoria da vereadora Risalva Brandão Rodrigues, passa a ter a seguinte redação:

***“Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”***

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 16 de novembro de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Ver. Marcos Antônio Ferreira

  
\_\_\_\_\_  
Ver. Felipe Gomes Ferreira Lima

  
\_\_\_\_\_  
Ver. José Bernardo de Farias



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**PARECER**  
**PROJETO DE LEI Nº 07/2022.**

**Autor: vereadora RISALVA BRANDÃO RODRIGUES**

*Determinar que, no âmbito do município de Timbaúba, os estabelecimentos públicos e privados insiram nas placas o "SÍMBOLO MUNDIAL DO ESPECTRO AUTISTA" e dá outras providências.*

**RELATÓRIO:**

Recebemos para lavrar parecer o Projeto de Lei nº 07/2022, de autoria da vereadora Risalva Brandão Rodrigues, que obriga os estabelecimentos públicos e privados a inserirem nas placas o "SÍMBOLO MUNDIAL DO ESPECTRO AUTISTA" e dá outras providências.

Cabe a esta Comissão emitir parecer sobre projetos referentes à saúde pública, conforme preceitua o art. 41, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

A autora busca, através do projeto de lei em análise, promover a conscientização sobre os direitos e necessidades das pessoas com autismo tornando obrigatória a inclusão do símbolo mundial do autismo nas placas de prioridade utilizadas nos estabelecimentos públicos e privados em atividade no município de Timbaúba.

É importante destacar a importância da proposição, pois ela ao mesmo tempo em que garante o atendimento prioritário para o autista, promovendo a inclusão social deles, tem caráter educacional, visto que conscientiza a população como um todo para a questão do autista.

O projeto de lei recebeu emenda substitutiva, proposta pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, por considerar o art. 3º, do referido projeto, inconstitucional, passando a substituir o texto original pela inclusão da cláusula de vigência no projeto. A substituição proposta pela emenda não afeta o objetivo da proposição como um todo, motivo pelo qual concordamos com a emenda proposta, além de permitir a entrada em vigor imediata do projeto, o que julgamos pertinente aos objetivos da autora.

É o relatório!



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

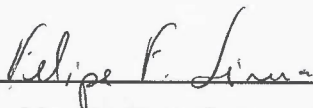
---

**VOTO**

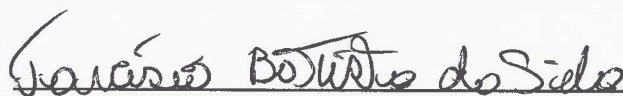
O projeto de lei em tela tem caráter de grande relevância e interesse público, haja vista que promove a inclusão social e amplia o direito à prioridade para o atendimento das pessoas com espectro autista.

Ante o exposto, considerando que a proposição, no mérito, atende aos princípios da dignidade da pessoa humana, esta comissão opina pela **aprovação do presente projeto de Lei nº 07/2022**.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 16 de novembro de 2022.



Ver. Felipe Gomes Ferreira Lima



Ver. Tarcísio Batista da Silva

\_\_\_\_\_  
Ver. Emanuel Gouveia Ferreira Lima